



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
RIBEIRÃO DAS NEVES**

**REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO DE IMUNIDADE, ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA DE  
TRIBUTOS MUNICIPAIS (v1.2)**

**01 – DADOS DO BENEFICIÁRIO- (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)**

NOME:		CPF/CNPJ:	
RUA/AVENIDA:			N:
BAIRRO:	CIDADE:	UF:	CEP:
TELEFONE:		E-MAIL:	

NOME DO REQUERENTE / REPRESENTANTE LEGAL:		CPF:	
RUA/AVENIDA:			N:
BAIRRO:	CIDADE:	UF:	CEP:
TELEFONE:		E-MAIL:	

**02- INTIMAÇÕES DE DECISÕES NO PROCEDIMENTO**

*Declaro como meu domicílio tributário o e-mail informado acima para fins de recebimento de intimações que se fizerem necessários no curso do procedimento, nos termos do inciso II e § 4º ambos do artigo 338 Código Tributário Municipal/LC 142/2013.*

*Declaro ainda, estar ciente, para fins de contagem de prazos, que a intimação via domicílio eletrônico eleito considera-se feita na data do recebimento ou, se omitida, quinze dias após a data da expedição da intimação, nos termos do inciso II, § 2º, artigo 338 do Código Tributário Municipal/ LC 142/2013.*

Rubrica: \_\_\_\_\_

**03 – INFORMAÇÕES SOBRE O PEDIDO**

Venho mui respeitosamente solicitar de Vossa Senhoria o reconhecimento da:

- |   |  |   |
|---|--|---|
| <input type="checkbox"/> Imunidade de IPTU        | <input type="checkbox"/> Imunidade de ITBI | <input type="checkbox"/> Imunidade de ISS |
| <input type="checkbox"/> Isenção de IPTU          | <input type="checkbox"/> Isenção de ITBI   | <input type="checkbox"/> Isenção de ISS   |
| <input type="checkbox"/> Isenção da Taxa de _____ |  |   |
| <input type="checkbox"/> Não incidência de _____  |  |   |

**03 – JUSTIFICATIVAS DO REQUERIMENTO:**

Solicito o reconhecimento acima indicado, (se for tributo relacionado a algum imóvel, é obrigatório informar a inscrição imobiliária municipal) considerando os argumentos abaixo descritos e as provas juntadas em anexo:


Para os anos exercícios:

--

Data:

Assinatura do representante legal:

--

#### 04 – DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO REQUERENTE

- Formulário de requerimento de reconhecimento de imunidade e isenção de tributos, devidamente preenchido com telefone para contato e e-mail;
- Certidão da Matrícula do imóvel com data de emissão não superior a 60(sessenta) dias ou caso o imóvel não tenha Certidão da Matrícula que comprove a propriedade do imóvel, juntar outros documentos tipo: cópia da escritura, do contrato particular de compra e venda, do termo de doação bem como a justificativa da ausência da Certidão da Matrícula, quando se tratar de tributo relacionado a algum imóvel;
- Cópia da ata da última assembleia de membros, que indique o presidente ou responsável pela instituição (quando se tratar de templo religioso ou instituição sem fins lucrativos);
- Cópia do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do representante responsável pela instituição ou empresa;
- Procuração original assinada por quem tenha legitimidade de representar a instituição ou empresa (é dispensado o reconhecimento de firma quando houver a apresentação do documento de identificação original para comparação da assinatura), quando a solicitação for realizada por um procurador;
- Cópia do documento de identidade e cadastro de pessoa física do Procurador na hipótese acima;
- Quando se tratar de templo religioso, comprovação de que o imóvel é utilizado nas finalidades essenciais da entidade (fotos da fachada e interior, etc), quando se tratar de tributo relacionado a algum imóvel;
- Quando se tratar de templo religioso, na hipótese de imóvel locado a terceiro, apresentar comprovação de que as receitas advindas da locação estão sendo aplicadas nas finalidades essenciais da instituição, quando se tratar de tributo relacionado a algum imóvel;
- Quando se tratar de partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, apresentar escrituração contábil completa (do ano exercício anterior ao tributo), demonstrando que Instituição não distribuiu, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica todos os recursos integralmente na consecução do respectivo objeto social. Que demonstrem também que a Instituição aplicou integralmente, no País, todos os seus recursos.

- A falta de apresentação de algum dos documentos exigidos poderá gerar o indeferimento do pedido.
- O Rol de documentos elencados acima é meramente exemplificativo podendo a Fiscalização Tributária Municipal, na análise efetiva do processo, dispensar ou solicitar outros documentos inclusive visando à comprovação da veracidade das declarações apresentadas;
- A Administração Tributária poderá promover diligências no sentido de instruir o processo com os documentos e demais provas que se façam necessárias à sua conclusão;
- A tramitação do procedimento poderá ser acompanhada através do site: <https://www.ribeiraodasneves.mg.gov.br/> > opção: serviços online> protocolo.

**Data:**

**Assinatura do  
Requerente:** \_\_\_\_\_